

CONSELHÃO

Lula pede fim da escala de trabalho 6x1

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS, mais conhecido como Conselhão) que discuta formas de viabilizar a redução da jornada de trabalho no país. Em reunião ontem, ele defendeu o fim da jornada 6

por 1, que prevê seis dias de trabalho e um de descanso. O presidente disse lamentar o fato de as tecnologias estarem aumentando significativamente a produção, mas que isso não esteja se traduzindo na melhora da qualidade do trabalho para os funcionários das empresas. Ele

lembrou que, em seus tempos de sindicalista, a Volkswagen tinha 40 mil trabalhadores e produzia 1,2 mil carros. “Hoje ela tem 12 mil trabalhadores e produz o dobro de carros”, disse o presidente, no encontro realizado no Palácio do Itamaraty, em Brasília. [PÁGINA 7](#)

Especial

Agropecuária cresce 10,1% no terceiro trimestre

PÁGINA 5

2026

Congresso aprova LDO com calendário de emendas

O Congresso Nacional aprovou ontem, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 com previsão, pela primeira vez, de calendário para o pagamento de emendas parlamentares. O texto também prevê contingenciamento mirando o limite inferior da meta de resultado primário, o que dá conforto ao governo federal. A proposta agora vai para sanção presidencial. O PLDO tramitou sob relatoria do deputado Gervásio Maia (PSB-PB) e foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) na noite da quarta-feira passada. Durante a sessão do Congresso, ainda foram incluídos na proposta dois pontos: um dispositivo para não considerar até R\$ 10 bilhões em despesas de estatais na meta de déficit primário, com vistas a evitar contingenciamentos em razão de casos como o dos Correios; e outro para vedar, em 2026, a ampliação, prorrogação ou extensão do gasto, assim como a criação de novas despesas obrigatórias.

COMÉRCIO EXTERNO

Balança tem pior resultado para novembro desde 2021

PÁGINA X

PIB

Economia brasileira fecha terceiro trimestre com crescimento de 0,1%

A economia brasileira cresceu 0,1% no terceiro trimestre de 2025 na comparação com o segundo trimestre e atingiu o maior patamar já registrado. Em relação ao terceiro trimestre de 2024, o Produto Interno Bruto (PIB), conjunto dos bens e serviços produzidos no país, apresenta alta de 1,8%. No acumulado de quatro trimestres, o PIB teve ex-

pansão de 2,7%. Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE como estabilidade, ou seja, não significativa. De acordo com o instituto, o PIB chega a R\$ 3,2 trilhões. Na passagem do segundo para o terceiro trimestre, a indústria apresentou o maior crescimento (0,8%), seguida pela agropecuária (0,4%). [PÁGINA 3](#)

CDESS

Conselhão entrega propostas de metas a Lula

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



A 6ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS), conhecido como Conselhão, realizada ontem, reuniu representantes do governo federal, da sociedade civil organizada e do empresariado brasileiro, no Palácio Itamaraty, em Brasília. Criado em 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da

Silva (**foto com participantes do CDESS**); extinto em 2019 pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro; e reativado, em 2023, no atual governo de Lula, o órgão de participação social tem o objetivo de servir como um instrumento de diálogo plural para a formulação de políticas públicas e diretrizes para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. [PÁGINA 6](#)

IPCA

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



Haddad: Brasil vai registrar a menor inflação da história

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), disse ontem que o Brasil registrará, considerando os quatro de mandato do atual governo, a menor inflação da história do país. A afirmação foi feita durante a 6ª reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS), mais conhecido como Conselhão. “A inflação, que é uma preocupação legítima de todo cidadão, em quatro anos, vai ser a menor de toda a história. Será menor do que a do Império; da República; da República Velha; do Estado Novo; do Plano Real. [PÁGINA 2](#)

INDICADORES

IBOVESPA 0,42% / 161.766,19 / 673,94 / Volume: 25.991.066.050 / Negócios: 3.841.373											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Bolsas no mundo		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	
BBD4	19,00	-2,76	-0,54	CTKA3	50,00	+17,65	+7,50	SCAR3	15,59	-43,31	-11,91
VALE3	70,69	+3,23	+2,21	UNIP5	68,46	+15,00	+8,93	GSH3	2,91	-10,46	-0,34
PETR4	32,31	+0,75	+0,24	CTSA4	2,34	+12,50	+0,26	MAPT4	3,01	-7,67	-0,25
GOLL54	5,14	-0,77	-0,04	UNIP3	60,50	+11,60	+6,29	SEQL3	3,520	-6,63	-0,250
USIM5	5,81	+7,59	+0,41	RCSL4	4,64	+11,27	+0,47	AMBP3	0,29	-6,45	-0,02
									Dow Jones	47.882,9	+0,86
									S&P 500	6.849,72	+0,30
									NASDAQ Composite	23.454,091	+0,17
									Nasdaq 100	25.606,544	+0,20
									Euronext 100	1.707,23	+0,29
									CAC 40	8.087,42	+0,16
										Salário mínimo	R\$ 1.412,00
										Ufir-RJ	R\$ 4,5373
										Taxa Selic	15%
										IGP-M	0,27% (nov.)
										CDI	0,20% (nov.)
										EURO turismo	Compra: 6,2779 Venda: 6,4579
										DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,3114 Venda: -0,66%
										DÓLAR comercial	Compra: 5,3119 Venda: 5,3125
										DÓLAR turismo	Compra: 5,3371 Venda: 5,5171
										BM&F/grama/RJ	R\$ 734,39
										EURO Comercial	Compra: 6,2000 Venda: 6,2006
										Poupança	0,6731% (03/12)

MERCADOS



Bovespa supera os 164 mil pontos e bate terceiro recorde seguido

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Em mais um dia de otimismo no mercado financeiro, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) bateu o terceiro recorde seguido e superou os 164 mil pontos, beneficiada pelo desempenho da economia brasileira no terceiro trimestre. O índice Ibovespa (Ibovespa), encerrou esta quinta-feira aos 164.456 pontos, com alta de 1,67%. Ações de petroleiras, mineradoras e de bancos puxaram os ganhos. Apenas na primeira semana de dezembro, o indicador acumula avanço de 3,38%. Em

2025, a bolsa brasileira valorizou-se 36,72%. Em relação à bolsa, a notícia de que a economia brasileira cresceu apenas 0,1% no terceiro trimestre foi bem recebida. A forte desaceleração da atividade aumentou as chances de que o Banco Central (BC) comece a cortar a Taxa Selic (juros básicos da economia) em janeiro. Juros internos mais baixos favorecem a bolsa. Isso porque as taxas menores estimulam a migração de investimentos em renda fixa, como títulos do Tesouro Nacional, para o mercado de ações.

Dólar fecha em leve queda, vendido a R\$ 5,31

O dólar teve leve queda e continuou próximo dos R\$ 5,30, num dia favorável a países emergentes. O dólar comercial encerrou a quinta vendido a R\$ 5,31, com recuo de apenas 0,04%. A cotação chegou a cair para R\$ 5,28 por volta das 11h20, mas reduziu o ritmo de queda durante a tarde. A moeda estadunidense está no menor valor desde 14 de

novembro, quando estava em R\$ 5,29. A divisa cai 0,47% na primeira semana de dezembro e 14,08% no ano. O dólar caiu perante as moedas de países emergentes. Mesmo com a alta das taxas dos títulos do Tesouro estadunidense durante a tarde, que reduziu a queda da moeda estadunidense, o câmbio fechou em baixa, próximo da estabilidade.

TRABALHO

Marinho pede debate sobre escala 6x1 e apoio aos sindicatos

CAMILA BOEHM/ABRASIL

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou ontem da abertura da Etapa São Paulo da II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT), na capital paulista. No evento, ele citou a necessidade de debater temas como o financiamento dos sindicatos e o fim da escala 6 por 1, que prevê seis dias de trabalho e um de descanso semanais. “Que vocês tirem daqui uma bela contribuição para a conferência nacional e que a gente possa, a partir do entendimento, enfrentar problemas que a sociedade nos pede como o fim da 6 por 1”, disse o ministro. “Eu sempre sou da ideia de que o parlamento deve pensar as legislações, mas sempre deixar um espaço para a mesa de negociação. Sindicatos, trabalhadores, empregadores para construir a relação do dia-a-dia”, declarou. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de seis dias de trabalho por um de folga está em análise no Congresso Nacional. O ministro defendeu ainda que é preciso garantir condições financeiras aos sindicatos para que possam atuar em defesa dos trabalhadores. “Eu preciso que a bancada empresarial ajude no debate com o parlamento para reconstituir o direito dos sindicatos

dos trabalhadores de poder sustentar financeiramente, decentemente, para representar o segmento dos trabalhadores.” Segundo Marinho, essa é uma questão importante, porque é difícil que os sindicatos consigam representar bem as categorias de trabalhadores se não tiverem condições. O ministro ressaltou que há atualmente um processo acelerado de transformação do mercado de trabalho a partir da inteligência artificial. “Portanto, nós temos desafios imensos de qualificar e capacitar a nossa mão de obra, capacitar as nossas mentes para entender, interpretar e atuar para evitar os vários problemas que possamos ter”, disse. Realizado na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, o evento reuniu representantes de trabalhadores, empregadores e governo para debater desafios e prioridades do mundo do trabalho no estado. As propostas aprovadas serão encaminhadas para a etapa nacional da conferência, prevista para ocorrer em março de 2026, também em São Paulo. **MERCADO** O Diagnóstico do Trabalho Decente de São Paulo, divulgado pela pasta, mostra um mercado de trabalho com formalização de 70,8%, acima da média nacional. Ainda assim, 7,1 milhões de pessoas seguem na informalidade.

IPCA

Haddad: Brasil vai registrar a menor inflação da história

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto), disse ontem que o Brasil registrará, considerando os quatro de mandato do atual governo, a menor inflação da história do país. A afirmação foi feita durante a 6ª reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS), mais conhecido como Conselho. “A inflação, que é uma preocupação legítima de todo cidadão, em quatro anos, vai ser a menor de toda a história. Será menor do que a do Império; da República; da República Velha; do Estado Novo; do Plano Real. Será a menor de todas”, disse o ministro.

Atualmente, a inflação medida pela Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) registra um patamar de 4,5% - considerando os 12 meses terminados em novembro. Segundo ele, o governo está conseguindo conciliar o melhor de dois mundos: um país com menor desemprego e menor inflação. O Brasil atingiu no último trimestre uma taxa de desemprego de 5,4%. É o menor índice registrado pela série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2012. “Quando você consegue conciliar queda de inflação com queda de desemprego, você tá com menor índice de desconforto de uma sociedade. Estamos conseguindo conciliar isso”, disse Haddad. **ALIMENTOS** Na avaliação do ministro, tanto o Plano Safra como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ajudaram na redução dos índices inflacionários que incidem sobre os alimentos. “Não é só que a inflação média de todos os produtos que está baixa. Teremos a menor inflação de alimentos, que tanto prejudica o trabalhador de baixa renda. Será a menor da série histórica”, disse ele ao afirmar que o resultado foi obtido em meio a políticas de valorização do salário mínimo.

FUNDOS INVESTIGADOS

FLÁVIA SAID/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que 40 fundos são investigados no Brasil e 15 no exterior, totalizando 55. O titular da equipe econômica falou com a imprensa após reunião com o encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos, Gabriel Escobar, quando entregou documentos sobre as investigações da Operação Poço do Lobato, deflagrada pela Receita Federal no fim de novembro. A operação atuou contra um esquema financeiro envolvendo o crime organizado e investimentos no Estado de Delaware, nos EUA. “Hoje, apesar dos acordos in-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Haddad lamentou a falta de repercussões sobre os bons resultados econômicos que vêm sendo obtidos pelo atual governo. Citou como exemplo o investimento recorde na infraestrutura que, em 2024, chegou a R\$ 261 bilhões - segundo ele, o melhor momento da história, em termos de investimento em infraestrutura. “A gente não vê isso você ser comentado ou discutido. Quando contamos para o investidor estrangeiro se surpreende. Dizem que ninguém mostra isso. Hoje o mercado acionário está, de novo, batendo recorde. A confiança do trabalhador e do empresário também está batendo recorde”, disse. Ele lembrou que o dólar está com a menor cotação em muitos meses. “Falavam que o dólar ia chegar a R\$ 8, e ele está a R\$ 5,30. Fico às vezes perplexo de ver previsões que reiteradamente não se confirmam.”. “Quando uma previsão não se confirma, é normal. Afinal, é difícil prever as coisas em economia. Mas, às vezes, a mesma pessoa é consultada depois de errar 10 previsões. E ela continua sendo consultada para prever. Por que, então, essa pessoa está sendo consultada com tanta projeção errada, e quem está acertando não é ouvido?”, acrescentou.

METAS FISCAIS O ministro também lembrou que o governo é cobrado, de forma recorrente, sobre as metas fiscais. Segundo ele, o déficit fiscal do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva será 70% menor do que o do governo anterior; e 60% menor do que o governo que o precedeu. “Estamos dando total transparência para as contas públicas. Voltamos a respeitar os padrões internacionais. Por isso, somos, hoje o segundo destino de investimento estrangeiro, no mundo”. **GLEISI HOFFMANN** Também presente na plenária do Conselho, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, reforçou que a economia do país está crescendo de forma sustentável, “melhorando a vida das pessoas”. “Este conselho faz parte desse processo, contribuindo com ideias e propostas, como a [relativa à] estratégia de compras públicas sustentáveis, que servirá de base para proposta de decreto presidencial”, disse a ministra. Segundo ela, este plano buscará estimular a economia e a indústria nacional, de forma a ampliar os processos de inclusão social. Ela citou a proposta do Conselho, que prevê o registro eletrônico de duplicatas, medida que deverá “eliminar ineficiências e reduzir os riscos de fraude com o objetivo de diminuir o custo do crédito do país”, afirmou Gleisi.

IR E JORNADA 6 POR 1

Gleisi Hoffmann aproveitou o encontro para falar sobre os efeitos positivos que a isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil causará para o Brasil. “Estamos rompendo uma tradição de privilégios e injustiça que sempre prevaleceu no nosso país”, disse. “Esse primeiro passo no caminho da justiça tributária é o sinal de que podemos avançar muito mais, conquistando, por exemplo, o fim da escala de trabalho 6 por 1, permitindo melhorar a qualidade de vida da imensa maioria dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país”, acrescentou. Vice presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin destacou políticas voltadas a diversos setores da economia, entre eles a indústria automobilística. “Diversas montadoras estão retomando ou ampliando sua produção”, disse.

Haddad defende integração entre países no combate a facções

ternacionais, essa relação não está tão estreitada como deveria, e se eles têm preocupação com facção, nós também temos. Mandamos uma lei antifacção, tornando mais rigorosas as punições e tudo mais, mas isso não vai resolver, o que vai resolver é a integração”, defendeu o ministro. Ele disse estar “muito satisfeito” com a integração dos órgãos dentro do Brasil e defendeu que ela seja feita também em âmbito internacional, “porque é transnacional, esses crimes são transnacionais. Eu saí muito animado da conversa, porque eu senti entusiasmo da parte dele, eu senti realmente que ele está otimista em relação ao que o governo norte-americano está propondo agora.” Haddad informou que os americanos vão encaminhar uma proposta de parceria, para que essa relação deixe de ser meramente uma relação formal. “Ela tem que produzir resultado, o acordo aqui é assim. Temos que produzir resultados, não adianta só uma política de boa vizinhança, nós temos que produzir resultados”. **TARIFAS** Haddad ainda afirmou que as questões da Lei Magnitsky e das tarifas impostas pelo governo americano a produtos brasileiros vão “acabar se resolvendo com as informações que estão sendo prestadas”. Ele citou o impacto das tarifas para o consumidor americano e para empresas americanas que importam do Brasil. “Eu penso que vai evoluir o debate naturalmente, isso que já foi 50%, depois 38%, já está em 22%. Eu penso que nós vamos, aos poucos, superando esse mal-entendido, que não beneficiou ninguém, só prejudicou alguns empresários.” E concluiu: “Não acredito que isso seja um caminho, temos que superar essa fase. E a melhor maneira de superar essa fase é colocando foco no que de fato importa, o que vai trazer bem-estar para as nossas sociedades.”



PIB

Economia brasileira cresce 0,1% no terceiro trimestre

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A economia brasileira cresceu 0,1% no terceiro trimestre de 2025 na comparação com o segundo trimestre e atingiu o maior patamar já registrado. Em relação ao terceiro trimestre de 2024, o Produto Interno Bruto (PIB), conjunto dos bens e serviços produzidos no país, apresenta alta de 1,8%. No acumulado de quatro trimestres, o PIB teve expansão de 2,7%. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta trimestral de 0,1% é considerada pelo IBGE como estabilidade, ou seja, não significativa. De acordo com o instituto, o PIB chega a R\$ 3,2 trilhões.

SETORES

Na passagem do segundo para o terceiro trimestre, a indústria apresentou o maior crescimento (0,8%), seguida pela agropecuária (0,4%). O desempenho dos serviços, que representam o maior peso no PIB, ficou praticamente estável 0,1%. Observando o comportamento das atividades dentro dos serviços, os destaques foram:

- Transporte, armazenagem e correio: + 2,7%
- Informação e comunicação: +1,5%
- Atividades imobiliárias: +0,8%

A analista das Contas Trimestrais do IBGE, Claudia Dionísio, explica que o desempenho da atividade de transportes é resultado do escoamento da produção extrativa mineral e agropecuária. No trimestre, o comércio, que também está no grupo de serviços, avançou 0,4%. Na Indústria, houve alta nas indústrias extrativas (1,7%), na construção (1,3%) e nas indústrias de transformação (0,3%). Já o segmento eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos recuou (-1,0%). Pelo lado das despesas, o consumo das famílias (0,1%) ficou praticamente estável e o consumo do governo avançou 1,3%.

COMÉRCIO EXTERNO

Balança tem pior resultado para novembro desde 2021

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Pressionada pelo crescimento das importações e pela queda nas exportações de petróleo, a balança comercial registrou o menor superávit para meses de novembro em quatro anos, divulgou ontem, em Brasília, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). No mês passado, as exportações superaram as importações em US\$ 5,842 bilhões, queda de 13,4% em relação ao superávit de US\$ 6,746 bilhões no mesmo mês de 2024. Esse é o pior resultado da balança comercial para meses de novembro desde 2021. Naquele mês, houve déficit de US\$ 1,11 bilhão. O valor das exportações e das importações ficou o seguinte:

- Exportações: US\$ 28,515 bilhões, alta de 2,4% em relação a novembro do ano passado;
- Importações: US\$ 22,673 bilhões, alta de 7,4% na mesma comparação

O valor das exportações bateu recorde para meses de novembro desde o início da série histórica, em 1989. As importações também atingiram valor recorde para o mês.

◆ **ACUMULADO**

◆ De janeiro a novembro, a ba-

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador que mede o aumento da capacidade produtiva de um país por meio de investimentos, subiu 0,9%. As exportações contribuíram com avanço de 3,3%. No trimestre, as importações recuaram 0,3%. Assim como o PIB atingiu o maior patamar já registrado, a agropecuária, os serviços e o consumo das famílias também alcançaram nível recorde. Por outro lado, a indústria se encontra 3,4% abaixo do nível mais alto, atingindo no terceiro trimestre de 2013.

DESACELERAÇÃO

Os dados do IBGE apontam tendência de desaceleração da economia ao longo de 2025. No primeiro trimestre do ano, a alta ante o último trimestre de 2024 foi de 1,5%. Já na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2025, a expansão ficou em 0,3%. O mesmo comportamento é observado no acumulado de quatro trimestres. No fim de março, o crescimento foi de 3,6%. Três meses depois, passou para 3,3%, até chegar a 2,7% no fim de setembro. De acordo com a analista Claudia Dionísio, um dos principais fatores que levam à desaceleração é a política monetária restritiva, ou seja, o patamar alto dos juros. “Os juros mais altos comprometem várias atividades da economia”, avalia. Entre as atividades mais afetadas pelos juros, ela cita a indústria de transformação (seguimento que transforma matéria-prima em produto final ou intermediário), investimentos e o consumo das famílias, “que tem relação com o crédito”, justifica. No entanto, a pesquisadora aponta que fatores como mercado de trabalho aquecido, aumento da renda dos trabalhadores e da massa salarial e programas assistenciais de transferência de renda aceleraram a economia, de certa forma. “Mitigam um pouco os efei-

tos contracionistas”, afirma. O Brasil tem registrados nos últimos trimestres os menores índices de desemprego já apurados.

POR QUE JURO ALTO

A taxa básica de juros no país, a Selic, está em 15% ao ano, maior patamar desde julho de 2006 (15,25%). A Selic é decidida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), que defende o nível elevado como forma de combater inflação, acumulada em 4,68% em 12 meses. Desde setembro de 2024, a inflação está acima do teto da meta do governo, que vai até 4,5%. Ao esfriar a economia, a taxa de juros alta tende a diminuir a procura por bens e serviços, de forma a frear a alta de preços. O efeito colateral é o obstáculo à geração de emprego e ao crescimento econômico.

TARIFAÇÃO

A pesquisadora Rebeca Palis aponta que a alta das exportações mostra que o tarifaço americano, iniciado em agosto, que aplicou taxa de até 50% em cima de vendas brasileiras para os Estados Unidos, teve impacto localizado. Além disso, observa que os exportadores mitigaram o obstáculo. “Os próprios exportadores conseguiram redirecionar”, disse. No caso da soja, por exemplo, parte das vendas foi direcionada para a China, acrescenta Claudia Dionísio. O tarifaço tem, na visão do governo americano, o papel de proteger a economia americana. O presidente Donald Trump chegou a alegar que se tratava também de retaliação ao tratamento dado pelo Brasil ao ex-presidente Jair Bolsonaro, a quem Trump considerava ser perseguido, antes de ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em setembro, por tentativa de golpe de Estado. Desde então, os governos brasileiro e americano negociam formas de buscar acordos

para a parceria comercial. No último dia 20, Trump retirou taxação adicional de 40% em cima de produtos como carnes e café. O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, calcula que 22% das exportações para os Estados Unidos permanecem sujeitas às sobretaxas.

O QUE É O PIB

O PIB é o conjunto de todos os bens e serviços produzidos em uma localidade em determinado período. Com o dado, é possível traçar o comportamento da economia do país, estado ou cidade, assim como fazer comparações internacionais. O PIB é calculado com o auxílio de diversas pesquisas setoriais, como comércio, serviços e indústria. Durante o cálculo, há cuidados para não haver dupla contagem. Um exemplo: se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão, o PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão. Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos no preço em que chegam ao consumidor. Dessa forma, levam em consideração também os impostos cobrados. O PIB ajuda a compreender a realidade de um país, mas não expressa fatores como distribuição de renda e condição de vida. É possível, por exemplo, um país ter PIB alto e padrão de vida relativamente baixo, assim como pode haver nação com PIB baixo e altíssima qualidade de vida.

REVISÃO

O IBGE costuma fazer revisões de divulgações anteriores do PIB. A reanálise dos dados de 2024 identificou mudanças em alguns componentes (recuo maior na agropecuária, crescimento menor da indústria e maior dos serviços), mas as variações se compensaram, de forma que o crescimento de 2024 foi confirmado em 3,4%.

Petrobras amplia participação em áreas do pré-sal após leilão

A Petrobras arrematou os direitos e obrigações da União nas jazidas compartilhadas de Mero e Atapu no Leilão de Áreas Não Contratadas realizado pela Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) na quarta-feira passada. A operação envolve valores superiores a R\$ 8,7 bilhões e eleva a fatia da estatal nos dois campos do pré-sal, de acordo com a estratégia de reposição de reservas de óleo e gás prevista no Plano de Negócios 2026-30. Em Mero, o consórcio formado pela Petrobras (80%) e a Shell Brasil (20%) adquiriu a participação de 3,500% pertencente à União por R\$ 7,791 bilhões. Com isso, a estatal passa de 38,60% para 41,40% na jazida compartilhada. No caso de Atapu, a Petrobras (73,24%), também em parceria com a Shell (26,76%),

arrematou 0,950% da União por R\$ 1 bilhão, elevando sua participação de 65,687% para 66,38%. O pagamento dos valores está previsto para dezembro de 2025, no total de R\$ 6,97 bilhões, e os contratos serão assinados até março de 2026. Segundo a companhia, o desembolso já estava planejado e os volumes adquiridos, embora não previstos, permanecem dentro da margem de 4% da projeção de produção considerada no Plano de Negócios 2026-30. O leilão foi realizado com base na Lei nº 15.164/2025, que alterou a Lei nº 12.351/2010 e autorizou a União a alienar direitos e obrigações de acordos de individualização de produção em áreas não concedidas ou não partilhadas no pré-sal.

MC Brazil Fitness Holding S.A.
CNPJ/MF nº 50.473.791/0001-45 - NIRE 333.0034860-3
Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 30/09/2025
1. Data, Hora e Local: Realizada em 30 de setembro de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **MC Brazil Fitness Holding S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afânio de Melo Franco nº 290, sala 401-A, Leblon, CEP 22.430-060. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, na forma do disposto no parágrafo 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presente, ainda, o representante da Empresa Avaliadora, conforme abaixo definida. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Alexandra Catherine de Haan e secretariados pelo Sr. Rodrigo Romualdo Moreira. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a aprovação da lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o parágrafo 1º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) a análise e aprovação do "*Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da MC Brazil Fitness Holding S.A. pela Bluefit Academias de Ginástica e Participações S.A.*", celebrado nesta data entre as administrações da Companhia e da **Bluefit Academias de Ginástica e Participações S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.921.465/0001-43, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.3.0049956-5, registrada na CVM como companhia aberta categoria "A" sob o n.º 26.204, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.327, conjuntos 61 e 62, Vila Olímpia, CEP 04.547-005 ("**Incorporadora**"), o qual fixa os termos, cláusulas e condições da incorporação da Companhia pela Incorporadora ("**Incorporação**", e respectivamente, "**Protocolo e Justificação**"; (iii) a ratificação da indicação e contratação de empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do valor contábil do patrimônio líquido da Companhia, para fins do disposto nos arts. 226 e 227, e na forma do disposto no art. 8º, todos da Lei das Sociedades por Ações ("**Laud de Avaliação**"; (iv) a análise e aprovação do Laudo de Avaliação; (v) a aprovação da Incorporação; e (vi) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações aprovadas na presente assembleia geral. **5. Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, o acionista da Companhia deliberou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: 5.1. Aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o parágrafo 1º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações. 5.2. Aprovar o Protocolo e Justificação, o qual consubstancia as justificativas, os termos, as cláusulas e as condições da Incorporação. O referido Protocolo e Justificação, independente de transcrição, é parte integrante da presente ata na forma do **Anexo I**. 5.3. Aprovar e ratificar a escolha da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., sociedade empresária limitada, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 62, 6º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.681.365/0001-30 e registrada no CRC/RJ sob o nº 005112/O-9 ("**Empresa Avaliadora**"), na qualidade de empresa especializada para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil da Companhia, composto pela totalidade dos direitos e obrigações da Companhia na Data Base (conforme definição abaixo), os quais serão transferidos à Incorporadora em razão da Incorporação. A Empresa Avaliadora, previamente consultada, aceitou o encargo e elaborou o respectivo Laudo de Avaliação em estrita observância ao que estabelecem os critérios contábeis e a legislação societária atualmente em vigor. 5.3.1. Nos termos da legislação vigente, a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Incorporadora ou da Companhia; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) não ter tido, pela Incorporadora, pela Companhia, por seus controladores e/ou administradores, qualquer tipo de limitação à realização dos trabalhos necessários para a elaboração do Laudo de Avaliação. 5.4. Aprovar o Laudo de Avaliação preparado pela Empresa Avaliadora, cuja cópia consta no **Anexo 7.5** do Protocolo e Justificação. 5.4.1. Consignar que foi fixado o critério patrimonial contábil para a avaliação do patrimônio líquido da Companhia a ser vertido para a Incorporadora. 5.4.2. Consignar que o Laudo de Avaliação foi fundamentado no balanço patrimonial da Companhia elaborado tendo como referência o dia 30 de junho de 2025 ("**Data-Base**"), as quais são parte integrante do Laudo de Avaliação. 5.4.3. Consignar que, conforme o Laudo de Avaliação preparado pela Empresa Avaliadora, o valor do patrimônio líquido da Companhia na Data-Base é de R\$ 452.978.013,65 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e setenta e oito mil, treze reais e sessenta e cinco centavos) o qual, deduzido (i) valor do investimento da Incorporada na Companhia contabilizado pelo método da equivalência patrimonial na Data- Base, no montante total de R\$ 222.212.026,62 (duzentos e vinte e dois milhões, duzentos e doze mil, vinte e seis reais e sessenta e dois centavos), e deduzido do (ii) valor da Provisão Especial constituída nos termos da **Cláusula 6.2** do Protocolo e Justificação, no montante de R\$ 99.628.992,18 (noventa e nove milhões, seiscentos e vinte e oito mil, novecentos e noventa e dois reais e dezoito centavos), resulta no valor de acervo líquido da Incorporada de R\$ 131.136.994,85 (cento e trinta e um milhões, cento e trinta e seis mil, novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e cinco centavos) ("**Acervo Líquido**"). 5.5. Aprovar a Incorporação da Companhia, conforme o art. 226 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação e com base no Laudo de Avaliação, passando a pertencer à Incorporadora todos os bens, direitos e obrigações da Companhia relacionados ou mencionados no referido Laudo de Avaliação. 5.5.1. Consignar que não é aplicável à Incorporação as avaliações dos patrimônios líquidos da Companhia e da Incorporadora para fins da comparação da relação de substituição prevista no art. 264 da Lei das S.A., tendo em vista que: (a) a Incorporação não resultará em aumento de capital da Incorporadora; (b) a Incorporação será realizada sem relação de substituição de ações; e (c) inexistem acionistas não controladores da Companhia ou na Incorporadora a serem tutelados. 5.5.2. Consignar que, em razão da aprovação da Incorporação, ficará extinta de pleno direito, e para todos os fins, a Companhia, não sendo necessária a adoção de procedimento de liquidação ou dissolução. 5.5.3. Consignar que, nos termos do art. 227 da Lei das Sociedades por Ações, a Incorporadora sucederá a Companhia, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da Companhia, sejam patrimoniais ou não patrimoniais. 5.5.4. Consignar que a Incorporação não resultará em qualquer modificação no capital social da Incorporadora, sendo certo que o Acervo Líquido será destinado à formação de conta de reserva especial de ágio, nos termos previstos no Protocolo e Justificação. 5.6. Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos e adotarem todas as medidas necessárias para dar cumprimento e formalizar as deliberações aprovadas na presente assembleia geral, de acordo com a lei aplicável, incluindo, mas não se limitando, à assinatura de contratos e documentos relacionados. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos nos termos do §1º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações, que, lida, conferida, e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Confere com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro/RJ, 30 de setembro de 2025. **Mesa:** Alexandra Catherine de Haan, Presidente; Rodrigo Romualdo Moreira, Secretário. **Acionista:** MC Brazil Fitness Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Por: BRL Trust Investimentos Ltda. Por: Ana Carolina Ferracciou Coutinho Moura, Cargo: Diretora; Por: Felipe Pereira Lima, Cargo: Diretor. JUCERJA nº 00007310273, 14/11/2025; Protocolo: 2025/01076320-7, 07/11/2025. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

DIREITOS HUMANOS

CIDH discute com Castro letalidade da megaoperação

ISABELA VIEIRA/ABRASIL

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) esteve, ontem, no Palácio Guanabara, sede do governo estadual do Rio de Janeiro, onde se reuniu com o governador Cláudio Castro. O órgão está em missão oficial no Brasil investigando violações de direitos humanos na Operação Contenção, que deixou 122 pessoas mortas, na Penha, no final de outubro. Até amanhã, a CIDH também vai se reunir com as famílias das vítimas e moradores que testemunharam a incursão.

"É uma operação que teve um nível de letalidade altíssima", destacou o chefe da comitiva, o mexicano José Luis Caballero, justificando a presença no Brasil.

A CIDH integra a Organização dos Estados Americanos (OEA),

com a função de promover e observar os direitos humanos na região. Cabellero também ressaltou a intenção da missão de "impulsionar" uma política de segurança e de combate ao crime baseada no respeito aos direitos humanos, "não somente através de operações, mas de enfrentamento ao circuito financeiro, como a lavagem de dinheiro".

A reunião no Guanabara, na avaliação da comitiva da CIDH foi boa e governador, "cordial e aberto", nas palavras de Caballero. Cláudio Castro não falou à imprensa.

Ao se reunir com todos os níveis de governo - federal, estadual e municipal - Caballero comentou que a intenção da visita é "estabelecer um diálogo". A CIDH já esteve em Brasília, onde se reuniu com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Ao final da visita, o órgão pretende entregar um informe com recomendações ao Brasil, propondo "melhores práticas" em ações policiais e cooperação técnica.

"Estimo que o relatório [da visita] saia nas próximas semanas. Será algo a curto prazo, eficaz e com recomendações concretas", disse o mexicano.

OPERAÇÃO CONTENÇÃO

A ação policial na Penha em 28 de outubro mirava o cumprimento de mandados contra chefes da facção criminosa Comando Vermelho e contou com mais de 2 mil agentes. Nesta semana, por terem sido flagrados cometendo crimes durante a operação, seis policiais militares foram denunciados à Justiça pelo Ministério Público Estadual. Eles obstruíram câmeras corporais, furtaram um fuzil,

peças de carro e constrangeram moradores dentro de suas casas.

Logo após a operação, a CIDH já havia condenado a operação e o número "extremamente alto de mortes registradas. Naquela ocasião, provocou o governo brasileiro a investigar de forma independente o ocorrido, considerando toda a cadeia de comando e "a sancionar os responsáveis e a garantir reparação integral às vítimas e a seus familiares".

A nota divulgada à época também destacava que a Operação Contenção reproduzia "um padrão persistente de violência policial", identificado em outras incursões em favelas. Segundo a instituição, os números indicam que as polícias civil e militar do Rio mataram 1,2 mil pessoas entre janeiro de 2024 e agosto de 2025. A maioria das vítimas era de pessoas negras.

MUNICIPALIZAÇÃO

Governo e prefeitura entregam novas estruturas a hospitais

ANNA KARINA DE CARVALHO/ABRASIL

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o secretário municipal de Saúde do Rio, Daniel Soranz, entregaram, ontem, as novas instalações dos hospitais federais do Andaraí e Cardoso Fontes. As inaugurações marcam um ano da gestão compartilhada entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

No início da visita, Padilha conversou com funcionários do Hospital do Andaraí sobre o novo funcionamento da unidade. Ele também agradeceu as equipes que atuam na chegada dos pacientes. "O pessoal que está na portaria é a primeira porta que se abre. Se começa mal o atendimento, (o paciente) fica pior. Então, primeiro, (quero) agradecer o trabalho de vocês e reforçar o papel que terão para orientar o público", acentuou.

Ele destacou, a seguir, que a unidade retoma seu papel histórico: "Esse hospital durante muitos anos sempre foi uma referência para a região e para o Rio de Janeiro. Temos a alegria de vê-lo voltar a ser essa referência." Ele também lembrou entregas recentes, como a reestruturação do setor de queimados.

Ainda durante a conversa com os trabalhadores, Padilha comparou o processo de recuperação da rede federal a uma reestruturação esportiva.

"O que nós estamos fazendo nos hospitais federais do Rio é igual ao que o Flamengo teve que fazer. Primeiro, fez a grande reestruturação; depois, começa a ganhar títulos. Agora, é só ser campeão aqui no Rio de Janeiro com os novos hospitais federais", frisou.

Entre as novidades, o Centro de Emergência Regional (CER) do Andaraí passa a funcionar em área definitiva no primeiro andar. O espaço inclui salas de classificação de risco, consultórios, salas de

curativo e ambientes de acolhimento e medicação.

O ministro destacou, ainda, a ampliação do atendimento. "Começa a funcionar a partir de hoje à noite, 24 horas por dia, a nova emergência no Hospital do Andaraí. E a gente inaugura na próxima segunda-feira a nova emergência pediátrica", anunciou.

REFEIÇÕES

A unidade também reativou o restaurante hospitalar, fechado há 12 anos. Com capacidade para produzir mais de três mil refeições por dia, o setor atenderá pacientes, acompanhantes e profissionais.

Com a reestruturação, o Hospital do Andaraí passa a ter capacidade para 167 mil atendimentos anuais. Em 2024, ele recebeu um acelerador linear para radioterapia, permitindo atender 600 novos casos de câncer.

Ao todo, foram investidos mais de R\$ 910 milhões na requalificação dos hospitais do Andaraí e Cardoso Fontes. Desse total, R\$ 610 milhões vieram do teto MAC (Média e Alta Complexidade), R\$ 200 milhões foram destinados ao Andaraí e R\$ 100 milhões ao Hospital Cardoso Fontes.

O ministro da Saúde explicou que os recursos fazem parte de um conjunto maior de ações na rede federal. "Estamos investindo R\$ 1,2 bilhão na reestruturação dos hospitais federais, incluindo Andaraí, Cardoso Fontes, Bonsucesso, Lagoa, Ipanema e outros institutos", detalhou.

Durante a visita, o ministro da Saúde anunciou a aprovação de financiamento internacional. "A presidenta Dilma me ligou informando a aprovação do financiamento do Banco dos Brics: R\$ 1,7 bilhão para modernizar hospitais, ampliar UTIs e trazer novas tecnologias", finalizou. Dilma preside hoje o Novo Banco de Desenvolvimento (Banco dos Brics).

STF

Moraes pede data para julgar réus pelo assassinato de Marielle

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou para julgamento a ação penal que trata do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, ocorrido em 2018, no Rio de Janeiro.

Na decisão, o ministro pediu ao presidente da Primeira Turma da Corte, Flávio Dino, o agendamento de uma data para julgamento presencial do caso.

Devido ao período de recesso na Corte, que começa no dia 19 deste mês e vai até 1º de fevereiro, o julgamento deve ocorrer em 2026.

São réus pela suposta participação no crime o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ) Domingos Brazão, o ex-deputado federal Chiquinho Brazão, irmão de Domingos, o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa, o major da Polícia Militar Ronald Alves de Paula e o ex-

policial militar Robson Calixto, assessor de Domingos. Todos estão presos preventivamente.

Conforme a delação premiada do ex-policial Ronnie Lessa, réu confesso de realizar os disparos de arma de fogo contra a vereadora, os irmãos Brazão e Barbosa atuaram como os mandantes do crime.

Rivaldo Barbosa teria participado dos preparativos da execução do crime. Ronald é acusado de realizar o monitoramento da rotina da vereadora e repassar as informações para o grupo. Robson Calixto teria entregue a arma utilizada no crime para Lessa.

ESPECIAL

Agropecuária cresce 10,1% no terceiro trimestre de 2025 e impulsiona desempenho do PIB brasileiro

POR BÁRBARA SOUZA

O agronegócio está impactando a economia brasileira este ano, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados nesta quinta-feira (04). No terceiro trimestre de 2025, a Agropecuária registrou um crescimento robusto de 10,1% em relação ao mesmo período de 2024. O avanço expressivo contrasta com o comportamento mais moderado dos demais setores e reforça o peso do campo no desempenho recente do PIB nacional.

No trimestre avaliado, o Produto Interno Bruto variou 0,1% frente ao segundo trimestre deste ano. A Agropecuária apresentou expansão de 0,4% na passagem do trimestre. Ainda que o resultado geral tenha sido discreto, o comportamento da produção rural mostra uma dinâmica distinta, amparada tanto pelo desempenho da pecuária quanto por ganhos significativos em culturas de forte relevância econômica.

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), divulgado em novembro, detalha parte desse movimento. Culturas com safra concentrada no terceiro trimestre registraram saltos importantes, como o milho, cuja produção aumentou 23,5%, favorecida por produtividade elevada e clima mais regular. A laranja também teve expansão consistente, de 13,5%, assim como o algodão, que avançou 10,6%, impulsionado por uma das melhores safras da década. O trigo, cultura estratégica para o abastecimento interno, cresceu 4,5%. Esses resultados ajudam a explicar a força do setor justamente em um período de revisão glo-

bal sobre oferta de alimentos e pressões climáticas que desafiaram outros países produtores.

Nem todos os cultivos, porém, seguiram a mesma trajetória. A cana-de-açúcar, uma das bases do agronegócio brasileiro, registrou queda de 1,0% no trimestre, reflexo de impactos climáticos regionais e da fase mais tardia da colheita em alguns estados. Apesar do recuo, o setor sucroenergético permanece relevante no quadro anual, sustentado pela demanda por etanol e açúcar no mercado internacional.

Quando observados períodos mais longos, o protagonismo da Agropecuária se torna ainda mais evidente. No acumulado dos quatro trimestres encerrados em setembro, o PIB brasileiro cresceu 2,7%, impulsionado por um salto de 9,6% no Valor Adicionado da Agropecuária. Já no acumulado do ano até o terceiro trimestre, o PIB nacional avançou 2,4%, com novo destaque para o campo, que cresce 11,6%.

O conjunto desses indicadores reforça a ideia de que, em um cenário global marcado por incertezas, a Agropecuária segue sendo uma âncora de estabilidade e expansão para a economia brasileira, combinando produtividade crescente, diversidade de culturas e forte capacidade de resposta às demandas internas e externas.



DIVULGAÇÃO

ENTREPOSTO

Ceasa informa que 28 lojas foram destruídas por incêndio

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O incêndio de grandes proporções que começou na madrugada de quarta-feira passada em um dos pavilhões do Centro Estadual de Abastecimento do Rio (Ceasa), a maior central de abastecimento do estado, que fica em Irajá, na zona norte da capital fluminense, deixou 28 lojas destruídas, informou o Ceasa/RJ. O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro afirmou que não há registro de feridos.

Em nota divulgada no Instagram, a central de abastecimento disse que os pavilhões 43, 44 e parte do 42 estão interditados. Todos os outros estão

funcionando. "Prejuízos ainda incalculáveis, mas enormes", afirmou o Ceasa.

O Corpo de Bombeiros informou que cerca de 110 militares, de 15 unidades operacionais estão mobilizados na ocorrência, com apoio de 31 viaturas, além de um drone equipado com câmera térmica, utilizado para identificar pontos de calor e orientar as melhores estratégias de combate às chamas.

Segundo relatos, o incêndio teve início em uma loja de alimentos e se propagou rapidamente para estabelecimentos vizinhos que comercializam plásticos, papéis, bebidas e outros materiais altamente inflamáveis.

Nota

CASTRO ANUNCIA EQUIPARAÇÃO HISTÓRICA DO RAS PARA INSPETORES PENAIS

O governador Cláudio Castro, anunciou, ontem, a equiparação do Regime Adicional de Serviço (RAS) para todos os inspetores penais do sistema penitenciário. A medida corrige uma distorção antiga e garante que todos os profissionais recebam o mesmo valor pelo turno de 12 horas de serviço adicional, independentemente da classe em que se enquadram. O decreto que oficializa a mudança foi publicado no Diário Oficial. "Estamos trazendo uma boa notícia sobre o RAS. É uma mudança que corrige distorções antigas e valoriza quem está na linha de frente do sistema penitenciário. Agora, agentes que fazem o mesmo trabalho vão receber o mesmo valor", disse Castro.

GT

Governo cria grupo para debater direitos de entregadores por app

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O governo federal vai instituir um grupo de trabalho (GT), coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, para formular propostas de regulação trabalhista para entregadores por aplicativo.

O grupo será composto também pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e representantes de organizações e entidades dos entregadores de todas as cinco regiões do país, além de representantes das centrais sindicais.

O anúncio foi feito ontem, pelo ministro Guilherme Boulos, que se reuniu com representantes destes trabalhadores.

Segundo o ministro, um dos principais objetivos da iniciativa é melhorar a remuneração desses entregadores.

"Hoje trabalham demais e ganham pouco", sintetizou.

O grupo também deve propor algum seguro previdenciário para a categoria.

"O formato disso nós queremos discutir exatamente no grupo de trabalho para esses trabalhadores que hoje, se sofrem um acidente, estão a Deus dará, ninguém se responsabiliza", disse Boulos.

O terceiro ponto de pauta envolve transparência das plataformas no uso dos algoritmos, que são as programações digitais das plataformas que definem questões como valor e distribuição das entregas a esses profissionais autônomos.

"Tanto os motoristas de Uber, como os entregadores de ifood, e aqui também vale para todas outras plataformas, esses trabalhadores hoje são comandados pelo algoritmo, que inclusive utilizam os seus dados, mas não há nenhuma transparência nesse algoritmo. E é uma demanda dos trabalhadores que haja essa transparência", observou Boulos.

Serão convidados a participar das reuniões do grupo de trabalho representantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério da Saúde. A Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre Regulamentação dos Trabalhadores por App, por meio de seu presidente, o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), e o relator do colegiado, deputado federal Augusto Coutinho (Republicanos-PE), também serão chamados a contribuir com debate.

Nesse primeiro momento, segundo Boulos, o grupo tratará apenas das demandas dos entregadores por aplicativo, separando das pautas dos motoristas autônomos.

"Nós tomamos a definição de separar os entregadores motoqueiros de motoristas porque existem pautas específicas de cada um. Então, embora o projeto de lei que está em discussão na Câmara dos Deputados e que vai tramitar no Congresso

Nacional, trate dos dois conjuntamente, aqui no governo do presidente de Lula nós estamos fazendo essa separação do debate", explicou.

Nicolas dos Santos, representante da Aliança Nacional dos Empregadores por Aplicativos, espera que a criação do grupo possa destravar um debate que se arrasta há cerca de quatro anos.

"Foi promessa de campanha do atual presidente Lula e a gente espera que essa entrega seja realmente realizada. O debate no Congresso, ele não avança a contento, ele é como se as ruas dissessem, mas isso não fosse ouvido", afirmou o trabalhador.

"A gente precisa ganhar bem, a gente precisa ter condição de acessar aquilo que é direito nosso, poder ter acesso a trabalho digno, moradia digna, condição de dar educação para os nossos filhos", acrescentou.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência reconheceu que a maior dificuldade atual de regulamentação do trabalho dos empregadores é por resistência das plataformas, mas insistiu que é preciso garantir direitos fundamentais em um mercado de trabalho que mobiliza mais de 3 milhões de entregadores e motoristas autônomos, com nenhuma proteção social ou garantia remuneratória mínima.

"(As empresas) toparam dialogar sobre transparência algorítmica e sobre algum grau de sistema previdenciário, mas não aceitam uma pauta essencial que é o piso remuneratório. Nós vamos chamar as empresas em reuniões oficiais para dialogar. Mas o nosso receio era que se as envolvesse no grupo de trabalho, elas buscassem ter uma trava e nós temos pouco tempo para poder viabilizar, e esses trabalhadores que querem urgência", disse Boulos.

O GT terá duração de 60 dias, com possibilidade de ser prorrogado, se necessário.

MOBILIZAÇÕES

As manifestações de entregadores por aplicativo têm sido recorrentes no país. Na semana passada, um grupo de entregadores protestou contra uma modalidade nova de trabalho do iFood.

Em março, uma mobilização nacional ocorreu em diversas capitais na luta por taxa mínima de R\$ 10 por entrega.

Não é a primeira vez que o governo tenta avançar na pauta da categoria, sem sucesso. Ao longo de 2023, um outro grupo de trabalho, sobre coordenação do MTE, juntou representantes de plataformas e entregadores, mas não houve avanços.

Na Câmara, a comissão especial sobre o tema analisa o Projeto de Lei Complementar 152/25, que define normas para o funcionamento de serviços de transporte individual de passageiros e de entrega operados por plataformas digitais, como Uber, 99 e InDrive.

CDESS

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

A 6ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS), conhecido como Conselho, realizada ontem, reuniu representantes do governo federal, da sociedade civil organizada e do empresariado brasileiro, no Palácio Itamaraty, em Brasília.

Criado em 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto** com participantes do CDESS); extinto em 2019 pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro; e reativado, em 2023, no atual governo de Lula, o órgão de participação social tem o objetivo de servir como um instrumento de diálogo plural para a formulação de políticas públicas e diretrizes para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do Brasil.

O ministro da Educação, Camilo Santana, comemorou a retomada do diálogo institucional com a sociedade civil.

"As políticas governamentais são construídas para atender às demandas da sociedade. Então, essa escuta é fundamental. Esse conselho é uma forma democrática de ouvir a sociedade, suas prioridades ouvir, suas demandas", disse à Agência Brasil.

METAS ESTRATÉGICAS

Representantes do colegiado entregam ao presidente Lula o documento *Pilares de um Projeto de Nação*, que reúne metas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país.

As propostas foram construídas a partir de discussões realizadas nos últimos meses, nas comissões temáticas do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável.

A construção do documento se deu a partir da Estratégia Brasil 2050, coordenada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, com propostas de metas para uma década e ações mais concretas para os próximos cinco anos.

"Nas comissões, os conselheiros responderam à pergunta: 'Onde vai estar o Brasil daqui a dez anos', sobre envelhecimento, os empregos no interior, o perfil das novas tecnologias afetando a empregabilidade. Foi um debate profundo", explicou o secretário-executivo do Conselho, Olavo Noletto.

Ele afirmou que as contribuições serão significativas para o futuro do país, a partir da diversidade. "Os diferentes estão aqui [no Conselho], o que é uma riqueza. Porque, no Brasil em que as diferenças são disputadas a tapa, aqui a gente está provando que as diferenças são possíveis", refletiu Olavo Noletto.

DEBATES PÚBLICOS

Atualmente, o Conselho conta com o quadro de 289 conselheiros. Pelo agro, o produtor de soja e algodão Eraí Maggi, reconheceu medidas praticadas pelo governo federal que beneficiaram o setor, como o desenvolvimento de biotecnologias, normatização para o uso de defensivos agrícolas seguros para os produtores, trabalhadores do campo e consumidores. Ele destacou a ampliação do

CONGRESSO

CPMI do INSS rejeita convocar Lulinha e ministro Jorge Messias

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) rejeitou, por 19 votos contra 12, ontem, o requerimento da oposição para convocar o filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Fábio Lula da Silva, conhecido como Lulinha. O requerimento para con-



RICARDO STUCKERT

acesso ao crédito bancário aos produtores rurais, a partir de regras para os financiamentos bancários que beneficiaram toda nação.

"Teve financiamento de longo prazo – de 17 anos, com três anos de carência – para silo, trator e colheitadeira, para pulverizador, para tudo. Daí, o Brasil virou o que virou, com milhões de toneladas de produção, gerando empregos e exportando."

A empresária Luiza Trajano comemorou dois avanços do governo federal: a redução da taxa de desemprego ao menor patamar da série histórica (5,4%) e a recente regulação das bets.

"Vamos parar de falar mal do Brasil. Vamos destacar o que nós temos de bom e valorizar o que é nosso. E defendo e acredito profundamente no Brasil, nós temos absolutamente tudo para construir um 2026 mais forte, mais justo e soberano."

Porém, Luiza Trajano criticou a alta de juros, que segundo ela atrapalha a atividade econômica. A empresária também convocou os empresários do Brasil a criarem um amplo movimento de educação de combate à violência contra as mulheres.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o Brasil tem motivos para ser positivo, sem esquecer dos desafios e gargalos na economia.

O ministro fez uma comparação com a "motosserra" adotada pela Argentina como símbolo para o ajuste fiscal e corte de gastos no país platino.

"Não precisamos de uma serra elétrica para corrigir os nossos desequilíbrios. Mas de uma chave de fenda. Se nos tirarem a chave de fenda, vai ser difícil parafusar com a mão. Mas, a gente, com diálogo, vai continuar prosperando", afirmou Haddad.

O ministro ainda trouxe à reunião números sobre a taxa de emprego, a redução da taxa de informalidade, a alta da média salarial, redução recorde da desigualdade de renda e comentou a saída do Brasil do Mapa da Fome, acompanhada da redução da taxa de pobreza. Haddad prevê que a inflação será a menor da história.

A cientista de computação e pesquisadora em Inteligência Artificial (I.A.) Nina da Hora defendeu a soberania digital tecnológica do

Brasil, com investimentos em softwares nacionais e em soluções inovadoras desenvolvidas no país, bem como nas universidades públicas para geração de empregos no país. "Não se trata de um isolacionismo, nem de tecnofobia. Trata-se que a nossa soberania nacional se fortaleça também a partir de soluções."

Outra conselheira, a vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SP), Mônica Veloso, recordou conquistas dos trabalhadores, como a política permanente de valorização do salário mínimo e a correção da tabela do Imposto de Renda que amplia a isenção dos tributos daqueles que ganham até R\$ 5 mil por mês.

"Estamos falando de uma economia de cerca de 83% de um salário, o que é, praticamente, um 14º salário a mais. Serão 28 bilhões a mais de recursos nas mãos dos trabalhadores. Isso significa renda, consumo e mais empregos".

Com isso, a sindicalista lista que, nos últimos três anos, políticas de enfrentamento às desigualdades sociais resultaram na redução da pobreza e desigualdades no Brasil e na saída oficial do país, pela segunda vez, do Mapa da Fome das Nações Unidas.

"Combater as desigualdades é tirar da invisibilidade social a imensa maioria do povo preto das nossas comunidades periféricas, da subsistência e da exclusão, dando-lhes as condições de voltarem a esperanças, sonhar e de viver o Brasil que precisa ser de todos nós."

Apesar de destacar os feitos, Mônica Veloso, cobrou que o poder público tenha, em 2026, foco nos aposentados. Do mesmo modo, reivindicou a geração de empregos de boa qualidade e que o Brasil ponha fim à escala 6x1. "Tempo livre dinamiza a economia."

O cofundador da presidente global da Central Única das Favelas (Cufa), Preto Zezé, entende que o governo terá que renovar o repertório de discussões sobre as questões urbanas do Brasil, principalmente de segurança pública.

"Não podemos deixar o debate ser reduzido, somente à munição efetiva, polícia e viatura. Precisamos introduzir intervenções integradas dentro dos territórios urbanos", disse à Agência Brasil.

O ativista defende o debate

econômico, que eu acho que é importantíssimo.

"Vivemos uma precarização do trabalho. A favela produz uma economia de R\$ 312 bilhões e que passa ao largo do Estado. Quando o Estado chega próximo desse ambiente econômico desregulado, muitas vezes, atrapalha ou é visto como um inimigo, quando na verdade as pessoas precisam de políticas públicas nesses territórios", frisa Preto Zezé.

O jovem ativista na luta anti-capacitista (em defesa de pessoas com alguma deficiência e sua inclusão na sociedade) e influenciador digital da inclusão, Ivan Baron, relacionou as pautas que levou ao Conselho. "Queremos colocar as pessoas com deficiência dentro do orçamento público, algo que venho debatendo sobre o BPC [Benefício de Prestação Continuada] e queremos evitar os cortes no Ministério de Desenvolvimento Social (MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome)."

OUTRAS ENTREGAS

Os representantes do colegiado entregaram ao presidente Lula a cópia do projeto *Move Mundo*, que reuniu pessoas de diversas idades e territórios do Brasil e do mundo, para levar mensagens e propostas da comunidade científica da Amazônia aos líderes globais na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), encerrada em novembro, em Belém.

Durante a 6ª Reunião do Conselho também foi encaminhada à Presidência da República a Agenda Positiva do Agro 2025: um conjunto de práticas e tecnologias já adotadas por empresas, instituições de pesquisa, governos e organismos internacionais para fortalecer a produção sustentável e a inovação no setor agropecuário brasileiro.

Outra apresentação foi a do Portfólio De Investimentos Voltados à Transformação Ecológica no Brasil, organizado pelo Ministério da Fazenda, que detalha um conjunto de dados sobre projetos públicos e privados e aplicações financeiras focadas em projetos e empresas com impacto ambiental positivo, como os relacionados à bioeconomia, energias renováveis e soluções baseadas na natureza.

aqui um documento da CPI, que apresentem aqui uma prova do que disseram", afirmou Pimenta. Veículos de imprensa publicaram, ontem, reportagens indicando suposta participação do Fábio Lula da Silva no escândalo no INSS a partir do depoimento de uma suposta testemunha. Paulo Pimenta defendeu que não há qualquer prova, além do suposto depoimento dessa testemunha, que vincule o filho do presidente aos desvios no INSS. Segundo ele, a denúncia é apresentada "por uma pessoa completamente desacreditada, um desqualificado, que não apresentou nenhuma prova".

Nota

CONGRESSO EXIGE EXAME TOXICOLÓGICO PARA MOTORISTAS DE CATEGORIAS A E B

O Congresso Nacional manteve na íntegra três vetos presidenciais e derrubou apenas um após acordo entre governo e oposição ontem. Em um quinto veto analisado, deputados e senadores mantiveram um e rejeitaram três dos dispositivos vetados. Os vetos foram incluídos como extra pauta durante sessão marcada exclusivamente para apreciar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. Ao rejeitar um dos vetos, o Parlamento estabeleceu a obrigatoriedade de exame toxicológico para primeira habilitação dos motoristas das categorias A e B da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). As categorias A e B são destinadas para motoristas de carros, vans e motos de passeio. Até então, o exame toxicológico era exigido apenas para os motoristas das categorias C e D, que são aqueles que fazem transporte de carga ou de passageiros. Com a derrubada deste veto, todos os tipos de motorista devem apresentar exame toxicológico negativo para adquirir a primeira CNH. No caso dos motoristas das categorias C e D, o exame é exigido ainda na renovação da habilitação.

CONSELHÃO

Lula pede fim da escala 6x1 e ações contra o feminicídio

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS, mais conhecido como Conselhão) que discuta formas de viabilizar a redução da jornada de trabalho no país. Em reunião ontem, ele defendeu o fim da jornada 6 por 1, que prevê seis dias de trabalho e um de descanso.

O presidente disse lamentar o fato de as tecnologias estarem aumentando significativamente a produção, mas que isso não esteja se traduzindo na melhora da qualidade do trabalho para os funcionários das empresas.

Ele lembrou que, em seus tempos de sindicalista, a Volkswagen tinha 40 mil trabalhadores e produzia 1,2 mil carros. “Hoje ela tem 12 mil trabalhadores e produz o dobro de carros”, disse o presidente, no encontro realizado no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

“Por que então não reduziu a jornada de trabalho? Para que serviram todos esses avanços tecnológicos, então? O que é reduzir essa jornada, de 44 horas semanais para 40? Qual é o pre-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

juízo que isso tem para o mundo? Nenhum”, argumentou ao lembrar que diversos países já adotaram a redução da jornada de trabalho.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de seis dias de trabalho por um de folga está em análise no Congresso Nacional.

Em meio às entregas de propostas pelo Conselhão, Lula su-

geriu que, nas próximas reuniões, o grupo estude “com muito carinho” a possibilidade de acabar com a jornada 6 por 1.

“Não tem mais sentido, com os avanços tecnológicos que tivemos nesse país, a produção aumentar, mas os salários caírem. Se vocês me derem o conselho para reduzir a jornada, eu apresso o fim da jornada 6 por 1, para darmos uma

jornada menor para o povo brasileiro”.

O Conselhão é um órgão de assessoramento ao presidente da República, responsável por elaborar estudos e recomendações sobre políticas públicas de diversos temas. O grupo é formado por empresários, sindicalistas, pesquisadores, artistas e representantes de movimentos sociais.

STF

Flávio Dino proíbe repasse de emendas para Eduardo e Ramagem

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, ontem, em Brasília, proibir a liberação de emendas parlamentares para os deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ).

Ambos estão nos Estados Unidos.

A decisão foi motivada por um pedido feito pela bancada do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) para impedir o pagamento aos parlamentares, que apresentaram cerca de R\$ 80 milhões em emendas ao Orçamento de 2026.

O ministro entendeu que não pode ser permitido que deputados que estão no exterior irregularmente possam empenhar

emendas.

“Admitir que parlamentares na referida condição emendem o orçamento público constitui deformação do devido processo orçamentário, uma vez que tal prerrogativa decorre diretamente da representação política ativa e do regular desempenho da função legislativa”, afirmou.

Foragido
Condenado a 16 anos de pri-

são na ação penal da trama golpista, Ramagem é considerado foragido pelo STF e está em Miami.

Eduardo Bolsonaro deixou o país em fevereiro deste ano e passou a fomentar ações do governo norte-americano contra o Brasil, como o tarifaço contra as exportações brasileiras e a aplicação da Lei Magnitsky contra ministros do STF e do governo federal.

8 DE JANEIRO

STF forma maioria para condenar cinco PMs do DF a 16 anos

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou ontem maioria de votos para condenar cinco ex-integrantes da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal a 16 anos de prisão por omissão na contenção dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Até o momento, o placar do julgamento virtual está 3 votos a 0 pela condenação de Fábio Augusto Vieira, ex-comandante-geral, Klepter Rosa Gonçalves, ex-subcomandante-geral, além dos coronéis Jorge Eduardo Barreto Naime, Paulo José Ferreira de Sousa e Marcelo Casimiro Vasconcelos.

A maioria também se manifestou pela absolvição do major Flávio Silvestre de Alencar e o tenente Rafael Pereira Martins por falta de provas.

Os votos foram proferidos pelo relator, ministro Alexandre de Moraes, e os ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin. Falta o voto da ministra Cármen Lúcia.

A votação eletrônica começou na semana passada e será encerrada hoje.

No voto condutor do caso, Moraes entendeu que os réus tiveram condutas omissas durante os atos golpistas e cometeram os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

"O arbítrio, a violência e a quebra dos princípios republicanos, como se verificou com os atos criminosos perpetrados por multidões que invadiram os prédios dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, facilitados pela omissão dolosa de autoridades responsáveis

pela segurança institucional", argumentou o relator.

Justiça argentina decide extraditar cinco condenados pelo 8 de janeiro

A justiça argentina decidiu atender a um pedido do Brasil pela extraditação de cinco condenados por participação nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e depredadas por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. A decisão ocorreu nesta quarta-feira passada.

A extradição foi solicitada pelo Ministério da Justiça, a pedido do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, relator das ações penais contra os condenados, que receberam sentenças que variam de 13 a 17 anos de prisão.

Joelton Gusmão de Oliveira, Rodrigo de Freitas Moro Ramalho, Joel Borges Correa, Wellington Luiz Firmino e Ana Paula de Souza estão presos na Argentina desde o fim do ano passado, quando foi formalizado o pedido de extradição para cumprimento de pena.

Na quarta-feira, os cinco condenados compareceram algemados ao tribunal federal onde o caso foi julgado, conforme imagens da imprensa local.

Ao entrar na Argentina, os cinco ingressaram com pedido de refúgio político na Comissão Nacional para os Refugiados da Argentina, mas até o momento não obtiveram resposta. Ainda que a Justiça tenha determinado a extradição, a formalização e execução do ato ainda depende de atos do governo do presidente argentino, Javier Milei.

ORÇAMENTO

Lula diz que emendas impositivas é erro histórico

LUIZ ARAÚJO, MATEUS MAIA E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que não concorda com o modelo de emendas impositivas e classificou como um "erro histórico" a fatia do Orçamento da União sob controle direto do Congresso Nacional.

"Você só vai acabar com isso quando você mudar as pessoas que governam e que aprovaram isso", afirmou durante a 6ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (CDESS), o Conselhão.

Lula ponderou que a disputa em torno das emendas não deve ser interpretada como conflito institucional. "Nós do governo não temos nenhum problema com o Congresso Nacional", afirmou, ao defender que divergências sobre or-

çamento fazem parte do processo político, mas não comprometem a relação entre os poderes.

O presidente voltou a criticar a lógica de restrições fiscais rígidas e argumentou que países desenvolvidos não operam sob limites como o teto de gastos brasileiro. "Um país que é a oitava economia do mundo não tem direito de ficar criando teto de gasto", disse. Em seguida, comparou com economias avançadas: "Vocês acham que EUA e Alemanha pensam em teto de gastos?"

Lula também reiterou que políticas públicas essenciais, como educação, ciência e tecnologia, não devem ser tratadas como despesas a serem comprimidas. Segundo ele, a revisão de prioridades orçamentárias é condição para sustentar crescimento econômico e expandir investimentos sociais.

POLÊMICA

Gilmar nega pedido da AGU e mantém decisão sobre impeachment

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para reconsiderar a decisão na qual entendeu que somente a Procuradoria-Geral da República (PGR) pode entrar com pedidos de impeachment de integrantes da Corte.

Quarta-feira, o advogado-geral da União, Jorge Messias, enviou uma petição ao ministro e

defendeu a possibilidade de abertura de processo de impeachment pelo Senado faz parte de uma "relação de equilíbrio" entre os poderes.

Na decisão, Mendes entendeu que o pedido de reconsideração é incabível juridicamente.

“Isso porque somente existem recursos quando expressamente previstos em lei, com estrutura, pressupostos e efeitos definidos pelo ordenamento.

Em razão dessa taxatividade, não é dado às partes criar meios impugnativos atípicos”, disse.

Gilmar Mendes também reiterou que os ministros de tribunais superior não podem ser submetidos a um regime de responsabilização incompatível com a Constituição.

“Tenho para mim que a medida cautelar deferida, além de encontrar fiel amparo na Constituição Federal, mostra-se in-

dispensável para fazer cessar um estado de coisas manifestamente incompatível com o texto constitucional”, completou.

A decisão de Gilmar Mendes foi tomada a partir de uma ação protocolada pelo partido Solidariedade e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

A liminar será julgada pelos demais ministros da Corte em uma sessão virtual marcada para o dia 12 de dezembro.

MERCÚRIO

Operação leva ao bloqueio de R\$ 6 bi do crime organizado em São Paulo

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A segunda fase da Operação Falso Mercúrio, da Polícia Civil de São Paulo, levou ao bloqueio de até R\$ 6 bilhões em contas bancárias e bens de “prestadores de serviço” para o crime organizado no estado de São Paulo.

A pedido dos investigadores, a Justiça determinou o sequestro de 257 veículos, avaliados em R\$ 42 milhões, e de 49 imóveis, no valor de R\$ 170 milhões. Pelo menos 20 pessoas e ou-

tras 37 empresas tiveram as contas bloqueadas. Os bloqueios podem chegar a R\$ 98 milhões em cada conta bancária.

As apurações da polícia revelaram que o grupo criminoso operava um esquema sofisticado de lavagem de dinheiro e atuava como “prestador de serviços” para o crime organizado.

Com cerca de 49 empresas de diversos setores, como padarias, adegas, concessionárias e fintechs, os investigados ofereciam a traficantes, estelionatários e

operadores de jogos de azar, mecanismos para ocultar a origem ilícita dos valores.

De acordo com as investigações da 3ª Delegacia de Investigações Gerais (DIG) de São Paulo, há indícios de que o grupo tenha ligação direta com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

“Os envolvidos no crime viviam uma vida de luxo e consumiam milhões com a atividade ilícita. Hoje, nós avançamos contra essa rede criminoso”, destacou o secretário da Segu-

rança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves.

Os policiais descobriram ainda que um dos beneficiários do esquema é um homem foragido da Justiça, suspeito de participar da execução de Antonio Gritzbach, em novembro de 2024, no Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Segundo a polícia, seis suspeitos continuavam foragidos até o final da tarde de ontem, e 48 mandados de busca e apreensão foram cumpridos em endereços ligados a eles

Diário do
Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278
(11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

TRABALHO DIFÍCIL

Putin acha conversas com EUA sobre Ucrânia como 'úteis'

WILSON DIAS/ABRASIL



O presidente russo, Vladimir Putin (**foto**), disse que suas conversas de cinco horas com enviados dos EUA sobre o fim da guerra na Ucrânia foram "necessárias" e "úteis", mas também ressaltou o "trabalho difícil", diante de algumas propostas inaceitáveis para o Kremlin.

Segundo Putin, o encontro foi longo porque as partes "tiveram que passar por cada ponto" da proposta de paz de Washington. "Esta foi uma conversa necessária, muito concreta", disse o presidente russo. Havia disposições que Moscou disse estar pronta para discutir, enquanto outras "não podemos concordar". "É um trabalho difícil", acrescentou.

Os comentários do líder russo vêm enquanto o enviado especial da Casa Branca, Steve Witkoff, e Jared Kushner, que é genro do presidente dos EUA, Donald Trump, se preparam

para se encontrar com o principal negociador da Ucrânia, Rustem Umerov, nesta quinta-feira, em Miami para mais conversas, de acordo com um alto funcionário do governo Trump que não estava autorizado a comentar publicamente e falou sob condição de anonimato.

As conversas de alto risco fazem parte do renovado esforço de Trump para acabar com a guerra de quase quatro anos. O esforço de paz recentemente ganhou força, embora reconciliar as "linhas vermelhas" da Rússia e da Ucrânia ainda pareça ser uma batalha difícil.

Trump disse que Witkoff e Kushner saíram de sua sessão maratona com Putin no Kremlin confiantes de que ele quer encontrar um fim para a guerra. "A impressão deles foi muito forte de que ele gostaria de fazer um acordo", disse Trump.

TAILANDÊS

Israel identifica restos mortais do penúltimo refém em Gaza

O exército israelense anunciou ontem, que identificou os restos mortais do penúltimo refém mantido em Gaza Sudthisak Rinthalak era natural da Tailândia e foi morto em 7 de outubro de 2023; seu corpo foi levado para a Faixa de Gaza, onde foi mantido pela Jihad Islâmica, segundo o comunicado.

Rinthalak tinha 43 anos quando faleceu. Seu corpo já foi repatriado para o sepultamento.

Autoridades tailandesas agradeceram ao exército de Israel a assistência prestada, que levou à libertação de todos os 31 reféns tailandeses feitos no início da guerra; destes, 28 foram soltos com vida e três

morreram.

O Hamas libertou os últimos 20 reféns vivos em 13 de outubro, dia do início do cessar-fogo. Desde então, o grupo terrorista já devolveu 27 dos 28 restos mortais que prometeram entregar a Israel como parte do acordo de trégua.

O último corpo é o de um israelense. Com apenas um refém restante, as partes estão perto de concluir a primeira fase do cessar-fogo.

Desde o início do acordo de paz, Israel libertou os corpos de centenas de palestinos para Gaza, em troca de reféns ou de seus restos mortais. A maioria permanece não identificada. (Com agências internacionais).

PRESSÃO DOS EUA

Companhias aéreas do Panamá suspendem voos para a Venezuela

As companhias aéreas panamenhas Copa Airlines e Wingo suspenderam voos de e para a Venezuela por dois dias. As empresas se juntam a outras oito que cancelaram voos para o país após um alerta da autoridade de aviação dos Estados Unidos sobre um aumento na atividade militar no Caribe.

Ambas as companhias aéreas anunciaram em comunicados publicados ontem, que

"devido a problemas intermitentes com um dos sinais de navegação da aeronave" relatados por seus pilotos, tomaram "a decisão preventiva de suspender temporariamente os voos de e para Caracas na quinta-feira, 4 de dezembro, e na sexta-feira, 5 de dezembro de 2025".

"Continuamos avaliando a situação e compartilharemos mais informações nas próximas 24 horas", afirmaram.

GRUPO JBS

Joesley foi à Venezuela para pedir a renúncia de Maduro

Reportagem publicada pela agência de notícias *Bloomberg* na quarta-feira passada, aponta que Joesley Batista, proprietário da JBS, viajou para Caracas na tentativa de persuadir o presidente venezuelano Nicolás Maduro a atender a um pedido do ditador dos Estados Unidos, Donald Trump, para que renuncie e, assim, permita uma transição pacífica do poder.

De acordo com a Bloomberg, o brasileiro se reuniu com Maduro no último dia 23 de novembro, depois que o presidente dos EUA ligou para o líder do país para instá-lo a deixar a Venezuela.

A reportagem destaca o papel de Joesley Batista como mediador, na tentativa de amenizar as tensões políticas

entre o governo Trump e a Venezuela.

A Bloomberg diz que autoridades do governo Trump estavam cientes dos planos de Batista de visitar Caracas, mas não foi solicitado a ele viajar em nome dos EUA. "Joesley Batista não é representante de nenhum governo", disse a J&F SA, holding da família Batista, em comunicado à *Bloomberg*.

A Casa Branca não comentou a reportagem da agência. O Ministério da Informação da Venezuela e o gabinete da vice-presidente Delcy Rodríguez também não responderam aos pedidos da *Bloomberg* de comentários sobre a visita de Batista.

A viagem de Batista a Caracas ocorreu em meio a sinais crescentes de que o governo Trump está preparando operações mili-

tares dentro da Venezuela. Washington denominou o Cartel de los Soles como uma organização terrorista e acusou Maduro de liderar o esquema.

Os Estados Unidos realizam desde setembro vários ataques letais contra embarcações que supostamente transportam drogas no Caribe e no Pacífico, e acusam o ditador Nicolás Maduro de liderar um cartel de narcotráfico.

Caracas nega e argumenta que o objetivo de Washington é derrubar o presidente venezuelano e tomar o controle do petróleo do país

A reportagem da *Bloomberg* destaca que a JBS é proprietária da Pilgrim's Pride Corp., produtora de frango com sede no Colorado, que doou US\$ 5 milhões ao comitê de posse de

Trump, a maior doação individual. A agência lembra ainda que a JBS obteve a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários para listar suas ações em Nova York.

Batista se reuniu com Trump no início deste ano para defender a remoção das tarifas sobre a carne bovina. A JBS é a maior fornecedora de carne do mundo e tem mais de 70 mil funcionários nos Estados Unidos e no Canadá.

A *Bloomberg* lembra também dos laços da família Batista com a Venezuela. Há anos, a JBS e Maduro negociaram um acordo de US\$ 2,1 bilhões para o fornecimento de carne bovina e frango à Venezuela, em um momento em que o país passava por uma grave escassez de alimentos e hiperinflação.

MÉXICO

Sheinbaum terá 1º encontro com Trump em meio a impasse tarifário

PEDRO LIMA/AE

A presidente do México, Claudia Sheinbaum, afirmou em sua coletiva de imprensa diária que terá um breve encontro presencial com o líder americano, Donald Trump, em Washington nesta semana, em meio às negociações sobre as tarifas dos EUA aplicadas a pro-

dutores mexicanos. Segundo ela, o primeiro diálogo "cara a cara" entre os dois ocorrerá nesta sexta-feira.

Sheinbaum acrescentou que também se reunirá com o primeiro-ministro canadense, Mark Carney, na capital americana, onde ambos participarão do sorteio da Copa do Mundo de 2026 organizada pelos três paí-

ses da América do Norte. A viagem marca sua primeira ida aos Estados Unidos desde que assumiu a presidência.

A líder mexicana destacou que seu governo segue discutindo com Trump as tarifas que ele estabeleceu e lembrou que, em conversas anteriores, conseguiu "adiar algumas" das sobretaxas. Ela observou ainda

que México, EUA e Canadá devem revisar o acordo comercial que une os três países no próximo ano.

Mais cedo, o representante comercial dos EUA (USTR), Jamieson Greer, afirmou ao *Politico* que Trump poderia decidir no próximo ano deixar o acordo EUA-México-Canadá (USMCA).

COMÉRCIO

Presidentes de China e França prometem cooperação em crises

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



China e França prometeram aprofundar a cooperação em temas globais - da guerra na Ucrânia ao comércio - enquanto Paris se prepara para assumir a presidência do Grupo dos Sete (G7) em 2026.

O presidente francês, Emmanuel Macron (**foto**), reuniu-se ontem com o homólogo chinês, Xi Jinping, em Pequim, durante visita de Estado de três dias centrada em comércio e diplomacia.

França busca ajuda para cessar-fogo na Ucrânia.

Macron tentou persuadir Pequim a pressionar a Rússia por um cessar-fogo na Ucrânia, após avanços diplomáticos em torno de um plano de paz liderado pelos EUA.

"Enfrentamos o risco de desintegração da ordem internacional que garantiu décadas de paz. Nesse contexto, o diálogo entre China e França é mais essencial do que nunca", afirmou o líder francês.

"Espero que a China se junte ao nosso apelo por, no mínimo, uma moratória nos ataques a infraestruturas críticas."

Xi respondeu que "a China apoia todos os esforços em prol da paz" e defendeu um acordo aceitável para todas as partes, sem atender diretamente o pedido francês. Pequim tem dado respaldo diplomático e econômico a Moscou desde 2022.

AJUDA A GAZA

- Xi anunciou a destinação de US\$ 100 milhões para a crise humanitária em Gaza, além de apoio à reconstrução do território
- Mais confiança política e comércio
- O líder chinês pediu maior confiança política mútua, ressaltando a "independência" de cada país. "China e

França devem erguer a bandeira do multilateralismo e ficar do lado certo da história", afirmou.

COMÉRCIO NO FOCO

Xi anunciou que os dois países concordaram em ampliar a cooperação nas áreas aeroespacial e de aeronáutica e energia nuclear, assim com em novos setores como os de indús-

trias verdes e inteligência artificial. Foram assinados 12 acordos, incluindo para a conservação de pandas e intercâmbio em educação superior e pesquisa.

No ano passado, a União Europeia acumulou déficit comercial superior a 300 bilhões de euros com a China. Sozinha, a China responde por 46% do déficit comercial total da França.

Nota

JAPÃO: UEDA DIZ NÃO SABER QUANTAS VEZES BOJ PRECISARÁ ELEVAR JUROS

O presidente do Banco do Japão (BoJ), Kazuo Ueda, afirmou que o banco central ainda não sabe qual nível de juros seria ideal para a economia, indicando não estar claro quando o ciclo de aperto monetário terminará. Em audiência no Parlamento ontem, Ueda disse que o BoJ trabalha para definir a faixa da "taxa neutra" - o patamar compatível com estabilidade econômica. "A decisão final sobre quão alto elevar a taxa nominal depende

desse fator, então há alguma incerteza", afirmou. Segundo ele, o BoJ compartilhará suas conclusões quando houver definição. Declarações de Ueda no início da semana reforçaram a expectativa de que o BoJ retome o aperto na reunião de 18 e 19 de dezembro, o que puxou os rendimentos dos títulos japoneses e valorizou o iene. O rendimento do título do governo japonês (JGB) de 10 anos atingiu 1,920% hoje, máxima desde julho de 2007. O iene operava em torno de 155,30 por dólar, recuperando-se após tocar 157,90 recentemente.